Acervo ISA

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
Documentação
Fonte fsp
Data 20/3/2000 Pg 1-10
Class. 781

Igreja quer pedir perdão pelo presente

Texto que será debatido pela CNBB coloca comunidade católica como co-responsável por tornar país desigual e violento

ARMANDO ANTENORE
da Reportagem Local

A Igreja Católica no Brasil se sente "co-responsável" pelas "falhas" da sociedade contemporânea, que tornam o país desigual, discriminatório e violento. Para se penitenciar, pretende pedir desculpas em público não apenas por "erros do passado", mas também por "faltas do presente".

A intenção está expressa numa carta de 21 páginas que circula desde o começo de março entre os 406 bispos que compõem o episcopado brasileiro. A **Folha** conseguiu uma cópia do documento, guardado sob sigilo.

O clero não o divulga oficialmente porque se trata ainda de um anteprojeto. Composto de 86 itens, o texto norteará as discussões da próxima assembléia geral da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), que irá ocorrer a partir do dia 26 de abril em Porto Seguro (BA).

Da reunião, prevista para terminar dia 3 de maio, sairá a versão definitiva do documento, que poderá conter alterações substanciais. O texto final apresentará uma análise dos 500 anos de evangelização. Será uma espécie de balanço, em que o episcopado apontará os efeitos positivos e negativos do catolicismo sobre o país.

A igreja já anunciara que, na "mensagem de Porto Seguro", pedirá perdão pelos abusos cometidos contra os índios durante o período colonial, quando tentava catequizá-los —processo que acabou por desrespeitar e demonizar a cultura nativa. Já dissera, igualmente, que aproveitará a assembléia geral para reconhecer o quanto se omitiu no combate à escravização dos negros.

O anteprojeto faz, de fato, tal "mea culpa". Oferece, porém, um dado novo: reserva 11 páginas para rever o país de hoje e colocar a igreja como cúmplice das mazelas cotidianas "de nossa sociedade". Olhando o passado e o presente, pede perdão "a Deus e aos irmãos ofendidos, na convicção de que os 500 anos do Brasil serão celebrados muito melhor com o compromisso de transformar nossos atos do que com a retórica do ufanismo".

Uma comissão designada pela presidência da CNBB escreveu a carta provisória. Entre os seis redatores, há três bispos (d. Marcelo Carvalheira, d. Luciano Mendes de Almeida e d. Aloísio Lorscheider) e três padres (Mário França de Miranda, Alberto Antoniazzi e Manoel Godoy). Todos se ligam à chamada ala progressista do clero —aquela que vê o cristianismo também como um caminho para a justiça social.

Os pedidos de perdão que a CNBB lançará na Bahia estão em sintonia com as orientações de João Paulo 2º. Por ocasião dos 2.000 da igreja, o papa vem convidando os católicos a um exame de consciência coletivo e à purificação da memória.

Individualismo

Quando se debruça sobre o cenário atual, o anteprojeto assume um tom militante, o que certamente desagradará bispos mais conservadores.

O texto afirma que, com a redemocratização da década de 80, o Brasil poderia ter superado um modelo econômico que favorece "o luxo e o esbanjamento de uma minoria". No entanto, deu-se justamente o contrário: "aumentou a distância entre o povo e a classe política", as desigualdades cresceram e o Estado se distanciou "dos cidadãos", revelando-se incapaz de "garantir a segurança contra a violência e as agressões". A mídia valeu-se do vácuo e ficou cada vez mais poderosa, "particularmente a televisão".

A carta avalia, ainda, que se instalou no país "uma mentalidade individualista hegemônica, aliada ao culto da eficiência e da produtividade". O fenômeno transformou "a preocupação de ganhar dinheiro em valor supremo" e provocou "o enfraquecimento da ética no exercício das profissões e na gestão dos recursos públicos".

Caio Guatelli/Folha Imagem

Garoto dorme em rua do centro da cidade de São Paulo, reflexo da desigualdade social que o documento da CNBB condena

Trechos do documento

O PASSADO

OS ÍNDIOS

"Os povos indígenas tiveram importante e ativa influência na formação do povo brasileiro, embora ela seja pouco conhecida e reconhecida pela maioria dos brasileiros de hoje, que às vezes ainda mantém uma atitude depreciativa a respeito dos índios. Ao contrário, queremos recordar e reafirmar: faz agora 500 anos que o evangelho de Jesus Cristo chegou às nossas terras. Mas já havia uma presença do Deus vivo entre os povos que aqui habitavam."

MANUEL DA NÓBREGA

"A ação dos missionários foi muitas vezes decidida, e até heróica, na defesa dos indígenas e na garantia de sua sobrevivência. (...) Por outro lado, missionários houve que aceitaram o princípio da 'guerra justa' —que justa, muitas vezes, certamente não era— e aceitaram que a guerra e a submissão pela força e pelas armas precedessem o anúncio do evangelho e a educação em moldes cristãos. Pelo menos, os índios, então nômades ou seminômades, foram obrigados, com a intervenção do governador, a se fixarem em aldeias. O padre Nóbrega estava convencido da necessidade de reunir e fixar os índios para poder não só convertê-los, mas vê-los perseverar na vida cristã."

JOSÉ DE ANCHIETA

"Também o esforço de aculturação dos missionários é marcado pelas concepções da época. O uso da língua e do imaginário indígena não é acompanhado por igual reconhecimento dos valores e da religiosidade dos indígenas, cujas crenças são muitas vezes 'demonizadas', interpretadas como astúcias do demônio ou desvios. Mesmo um homem santo e culto como Anchieta aparece, aos olhos dos críticos de hoje, como que dividido entre sua boa fé e sua sensibilidade poética, por um lado; uma atitude, às vezes, de imposição da nova religião aos índios, por outro."

OS NEGROS

"O cuidado catequético e missionário empreendido pela igreja foi menor com os negros do que com os indígenas. Não faltou quem reconhecesse na condição dos escravos dos séculos 17-18 algo parecido com o 'inferno' ou, mais positivamente, com a paixão de Cristo. Mesmo na luta pela abolição da escravidão mais tarde, o empenho dos cristãos foi pequeno, com raras exceções. E, até meados do século 20, subsistiram preconceitos e discriminações, mesmo nas instituições católicas e congregações religiosas, com relação aos descendentes de africanos."

PERDÃO

"Permanecem (...) marcas negativas do passado, fruto de erros dos cristãos e, às vezes, até de altos dignitários da igreja. Sem pretender culpar nossos antepassados, sentimos a necessidade de pedir perdão daquilo que, objetivamente, foi contra o evangelho e feriu gravemente a dignidade humana de muitos irmãos nossos, especialmente dos índios, aos quais foram tiradas as terras, a vida e até mesmo a razão de viver, e dos negros, aos quais foi tirada a liberdade e dificultada a conservação de sua cultura e memória e aos quais até hoje não foi restituída efetivamente a condição da plena cidadania."

O PRESENTE

AS DESIGUALDADES SOCIAIS

"Lembramos que o crescimento econômico dos últimos 20 anos não repercutiu igualmente nas diversas classes sociais. Preocupam-nos principalmente as consequências sociais negativas que atingiram duramente parte da população, geralmente a mais pobre e mais sofrida. A diminuição do poder aquisitivo, o desemprego, o aumento da pobreza ou da miséria, a falta de saneamento básico e de assistência à saúde, tudo isso são realidades não apenas denunciadas frequentemente pelos institutos de pesquisa e pela imprensa, mas antes de tudo situações trágicas vividas na carne por parte do povo e que encontramos diariamente em nosso trabalho pastoral."

A MÍDIA

"No plano político, aumentou grandemente a distância entre o povo e a classe política, que, em todas as pesquisas de opinião dos últimos anos, aparece como a menos confiável e estimada (...). O Estado encontra-se isolado, distante dos cidadãos (...). Nesse contexto, aumenta o poder dos meios de comunicação social, particularmente da televisão, que se encarrega de fornecer uma imagem simplificada e reduzida da realidade. São imagens que impressionam mais que a palavra ou a escrita, pouco informam e fazem refletir menos ainda. A TV apela às emoções, aos sentimentos; distrai e disfarça mais do que mostra os problemas reais, confundindo os valores. Revela o contrabando de pequenos animais e de plantas exóticas, ignorando as transações financeiras, que envolvem bilhões de dólares prejudiciais ao país. A imprensa tem dado mais atenção à denúncia de escândalos e de novas formas de corrupção, respondendo a uma expectativa da população, e com isso alimenta a desconfiança nos poderes públicos, dando a impressão de que somente os pequenos acabam punidos, se descobertos e presos. A mídia pode, afinal, manipular a opinião pública e até eleger um presidente da República ou, mais facilmente, acabar com a carreira de um ministro, de um governador ou de um prefeito. Por isso, governos e políticos se sentem 'sob o jugo da cobertura da mídia' e procuram manter com ela relações amistosas. Não é por acaso que o governo federal, no orçamento do corrente ano, alocou para a publicidade um volume de recursos superior àquele destinado à conservação e ampliação do sistema rodoviário federal."

A GLOBALIZAÇÃO

"Também sofremos os efeitos da globalização cultural. Os meios de comunicação social impõem no mundo inteiro novas escalas de valores, com frequência arbitrários e fundamentalmente materialistas, diante dos quais é difícil manter viva a adesão aos valores do evangelho."

AS MULHERES

"A grandeza e a honra da sociedade brasileira no século 21 estão ligadas à erradicação não apenas da pobreza e da miséria, mas também daquelas formas de discriminação que geralmente nos recusamos até mesmo a reconhecer, como o racismo disfarçado, a violência contra o pobre, a discriminação da mulher. (...) Devemos ter a coragem de reconhecer, para realmente extirpá-los desde as raízes, os fatos que suscitam nossa indignação e fazem sofrer as vítimas. São eles: (...) o tratamento desigual dispensado às mulheres, que recebem salários inferiores ao dos homens, mesmo exercendo as mesmas funções; as mulheres são ainda mantidas alheias à vida pública em proporção muito alta e, às vezes, são consideradas apenas como objeto para o serviço e o prazer do homem 'machista'; essa situação da mulher tem eco no próprio lar, onde ela frequentemente sofre violência (...)."

PERDÃO

"Se expomos, no presente, principalmente as falhas de nossa sociedade, pelas quais nos sentimos co-responsáveis e pedimos perdão a Deus e aos irmãos ofendidos, fazemos isso na convicção de que os 500 anos do Brasil serão celebrados muito melhor com o compromisso de transformar nossos propósitos e nossos atos do que com a retórica do ufanismo, que a nova geração justamente recusa."

Passado combativo é elogiado

da Reportagem Local

Ao analisar o passado, o anteprojeto da CNBB faz ressalvas às ações dos padres Manuel da Nóbrega e José de Anchieta, os mais célebres missionários jesuítas do Brasil colonial.

Não apenas os dois sacerdotes aparecem no documento. Outros personagens e episódios históricos são citados com todas as letras. A carta segue, assim, caminho diferente do que adotou João Paulo 2º há uma semana, quando pediu perdão em Roma pelos pecados da igreja. O papa lamentou as perseguições contra os judeus e as mulheres, por exemplo, mas evitou mencionar personalidades e acontecimentos específicos.

Refletindo sobre os jesuítas, o texto da CNBB louva a postura "decidida e heróica" daqueles que se opuseram à escravização indígena. Em contrapartida, assinala que os missionários, na esperança de "transmitir a fé cristã", nem sempre respeitaram "as crenças e os valores" das populações nativas. Padre Manuel da Nóbrega defendia o aldeamento "de índios nômades ou seminômades". E "mesmo um homem santo como Anchieta" não resistiu a uma "atitude, às vezes, de imposição".

Quando trata dos negros, a carta é bem mais incisiva. Registra que a causa abolicionista não mereceu "o empenho dos cristãos" e que, "até meados do século 20, subsistiram preconceitos nas instituições católicas com relação aos descendentes de africanos".

O anteprojeto vê como "positiva" a separação jurídica entre clero e Estado, tão logo o Império caiu. Se, por um lado, o fato retirou do catolicismo o "reconhecimento de religião oficial", por outro, lhe garantiu "maior liberdade". Também recebe elogio a encíclica "Rerum Novarum", que o papa Leão 13 lançou em 1891 e que possibilitou o surgimento de uma igreja mais sensível às injustiças sociais.

A carta destaca, ainda, o papel do padre Júlio Maria e do cardeal Sebastião Leme durante as primeiras décadas da República. Ambos cobravam dos leigos católicos interferência direta nos rumos políticos do país.

Outro nome que o documento exalta é o do operário paulista Santo Dias da Silva, morto pela polícia em 1979, enquanto participava de uma greve.

(AA)

Carta omite intolerância aos judeus

da Reportagem Local

Há pelo menos duas omissões no anteprojeto da CNBB. Uma é o fato de, em nenhum momento, a carta abordar as perseguições que a Inquisição ibérica impingiu contra os judeus do país durante os séculos 16, 17 e 18.

A outra se refere às minorias sexuais. O documento evita questionar a intolerância que parte do clero nutre pelos gays.

Em compensação, o texto ataca com vigor o preconceito que as mulheres ainda enfrentam na sociedade brasileira. Condena a exploração do corpo feminino por "homens machistas", denuncia a violência doméstica e lamenta as diferenças salariais entre os sexos.

Um dos trechos chega mesmo a perguntar: "como poderíamos nós, católicos, tolerar uma concepção depreciativa da mulher, quando possuímos a graça de reconhecer na mãe de Deus a única criatura humana sem pecado?"

Entretanto, sobre a insistência do Vaticano em proibir a ordenação feminina, não é gasta sequer uma linha.

Chama a atenção, por fim, o apelo que o anteprojeto faz à preservação do meio ambiente. "Não temos o direito de depredar a natureza e de deixar às novas gerações uma terra poluída e devastada. (...) Nossos irmãos bispos da Amazônia temem que, no ritmo atual, toda a floresta seja destruída em menos de 25 anos. É urgente que a nação brasileira reaja eficazmente contra esse perigo."

(AA)

Católicos na história

Conheça os personagens citados pelo documento da CNBB

Padre Manuel da Nóbrega
(1517-1570)
Missionário português. Chefe da primeira missão jesuítica enviada para o Brasil, chegou à Bahia em 1549. Na capitania de São Vicente, fundou a aldeia de Piratininga e o Colégio de São Paulo, que mais tarde deu origem à capital paulista. Também colaborou na fundação de Salvador e do Rio de Janeiro. Como evangelizador, procurou adaptar a catequese à cultura dos índios, embora condenasse a poligamia e a antropofagia

Padre José de Anchieta
(1534-1597)
Poeta, gramático e missionário jesuíta. Nasceu nas Ilhas Canárias e seguiu para a Bahia em 1553. Ficou conhecido como "apóstolo do Brasil" pelo papel que desempenhou na pacificação dos índios. Com o padre Manuel da Nóbrega, participou da fundação de São Paulo em 1554. No Rio, ajudou a expulsar os calvinistas franceses (1567). Aprendeu o tupi, deu-lhe grafia e escreveu o primeiro dicionário da língua. É também autor de cânticos religiosos, autos sagrados e peças teatrais, que usava para evangelizar. Em 1980, o papa João Paulo 2º o beatificou

Leão 13
(1810-1903)
Italiano, educou-se com os jesuítas e virou papa em 1878. Sua encíclica mais influente —a "Rerum Novarum", de 1891— defendia o direito de os trabalhadores organizarem sindicatos. Embora rejeitasse teses socialistas, pedia que o Estado protegesse os operários do "perigo da espoliação". Foi a primeira vez que a Igreja Católica se manifestou sobre o assunto

Padre Júlio Maria
(1850-1916)
Jornalista e doutor em direito, ordenou-se com 41 anos. É considerado um dos mais brilhantes pregadores do país. Por influência da "Rerum Novarum", censurou, no início do período republicano, a fé "tímida e incompleta" dos católicos conservadores que não participavam das lutas sociais

Dom Sebastião Leme
(1882-1942)
Cardeal paulista, ordenado em 1904. Foi arcebispo de Olinda (PE) e do Rio. Em 1931, inaugurou a imagem do Cristo Redentor no Corcovado. Como Júlio Maria, criticava "o catolicismo morno das classes que dirigem a nação". Organizou um braço leigo na igreja, a Liga Eleitoral Católica, que tentava influenciar os rumos políticos e sociais do país

Santo Dias da Silva
(1942-1979)
Metalúrgico e militante da pastoral operária, morreu baleado pela PM em 1979, quando participava de uma greve na zona sul de São Paulo. Tinha 37 anos. A morte trágica o converteu em símbolo da luta contra a violência do Estado no país. Hoje, o centro de direitos humanos da arquidiocese paulistana leva seu nome